COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.502, DE 2004

Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de forma a tornar absoluta a presunção de violência nos crimes contra os costumes, nos casos que especifica.

Autor: Deputado CARLOS NADER

Relator: Deputado VICENTE ARRUDA

I - RELATÓRIO

O projeto em tela, de autoria do nobre Deputado Carlos Nader, visa a tornar absoluta a presunção de violência nos casos em que a vítima de crime contra os costumes não seja maior de 14 anos, ou é alienada ou débil mental. Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em tela atende aos pressupostos de constitucionalidade relativos à competência da União, ao processo legislativo e à legitimidade de iniciativa.

Não há reparos a fazer no tocante à sua juridicidade e à técnica legislativa empregada em sua elaboração.

No mérito, porém, é de rejeitá-lo. Como bem apontou o nobre proponente, a doutrina e a jurisprudência controvertem acerca do caráter dessa presunção de violência: se relativa (quando admite prova em contrário) ou absoluta (quando não há possibilidade de produzir prova em contrário à presunção). E penso que o estabelecimento de qual o caráter da presunção deve ficar a cargo do juiz.

É o magistrado que, caso a caso, examinando a prova dos autos, ouvindo testemunhas, ouvindo a vítima e o agente, poderá alcançar a verdade real dos fatos. Retenha-se que, no processo penal, o que importa alcançar é esta verdade real, não a meramente processual, como se admite no processo civil.

Assim sendo, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição em tela, e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.502, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado VICENTE ARRUDA
Relator